

Dezassete padres do Porto fizeram em comum a homilia do dia da Paz e proclamaram-na nas suas paróquias.

Depois de enumerarem algumas das consequências das guerras que Portugal mantém há 13 anos e das muitas situações sócio-económicas do país que, não sendo guerra não são paz, porque "a Paz é fruto da justiça" eles continuam:

... Tentando aprofundar mais a análise desta situação, seremos levados a reconhecer, com os Bispos portugueses, que "é no plano político que se desenham as grandes linhas de responsabilidade no processo de evolução das coisas e se tomam as decisões centrais que determinam as opções concretas, quer nas suas implicações imediatas, quer na sua repercussão sobre o futuro".

Por isso é que não poderemos deixar de referir os condicionalismos que estão na raiz da situação mencionada e que impedem uma real participação dos portugueses nos centros de decisão - no sentido duma sã evolução para um tempo de mais justiça e de mais paz:

- as informações que a T.V., os jornais e a rádio dia a dia nos fornecem são frequentemente incompletas, quando não falsas;
- os cidadãos são impedidos de se reunirem, de se associarem e de exprimirem livremente as suas opiniões e posições;
- e, o que é pior, chega-se a criar em muitos a ilusão de que participam efectivamente na vida pública, quando na realidade são cortadas as condições para a formação recta e exacta da opinião pública. Sem isso não se pode promover um amadurecimento da consciência política dos cidadãos de modo a chegar a uma efectiva participação.

É a esta luz que encaramos por exemplo:

- as eleições para a Assembleia Nacional, nas condições em que decorreram;
- as limitações no funcionamento dos sindicatos;
- a alteração dos nomes de realidades que permanecem (casos da A.N.P. = U.N., Exame prévio = Censura e D.G.S. = P.I.D.E.)

É a nós, nesta situação, que nos é lembrado hoje e para todo este ano: "A Paz depende também de ti!" Na parte que a cada um cabe, como cidadãos e como cristãos, todos somos responsáveis pelo que fazemos ou dizemos - e até pelo que deixamos de fazer ou dizer.

O apelo de Paulo VI não deixa nenhuma escapatória: "A Paz depende de ti! Afirmar que a Paz depende de ti é o mesmo que dizer que "tu também estás a fazer a guerra!"

Nem sequer reparas que estás a colaborar numa situação que depende de todos nós. Bem diz o ditado que "quem cala, consente". E consentir é colaborar. Por exemplo:

- quando no trabalho ou na escola surgem conflitos e tu não te esforças por ver o que está em questão, para colaborar activamente numa solução justa;
- quando achas natural que a guerra no ultramar continue indefinidamente, como se fosse o nosso destino;
- quando pensas que a maneira de acabar com tentados e com bombas é matar ainda mais cruelmente e lançar bombas ainda mais fortes... etc.

Os Bispos reunidos com o Papa no Sínodo de 1971 afirmavam: "A acção em favor da justiça e a participação na transformação do mundo apresentam-se-nos claramente como uma missão constitutiva da pregação do Evangelho.

Sendo assim, que cada um de nós se pergunte:

- O que pensar da atitude que às vezes se toma de acusar os outros de se meterem em política. Será essa crítica motivada pela Fé ou apenas por um desejo (inconfessado) de que os padres sigam os interesses pessoais ou as preferências políticas dos que os criticam?



Perguntemo-nos também: Que esforço faço eu para conseguir informações o mais objectivas e completas possível, nomeadamente nas questões referentes à guerra de África?

... a Sul.

No Algarve, que parece ser o lugar propício ao bem-estar e descanso, não haverá necessidade de construir a paz?

A escravidão de grande parte da população algarvia aos grandes interesses capitalistas, que investem no turismo, não será uma ausência de Paz? Pagam-se elevados salários! Acima do respeito pela pessoa põe-se o dinheiro! Não será isto um atropelo à dignidade humana? Não se estará a alienar as pessoas dos seus direitos de promoção?

Constroem-se 131 unidades hoteleiras, restaurantes, boites, campos de golf, casinos... E quantos hospitais, escolas, centros culturais, se têm construído?

E os caboverdianos e muitos outros que trabalham na construção, estando ao serviço dos interesses capitalistas, não estarão a ser destruídos na sua condição de pessoa humana? (Em Portimão, Faro, Quarteira, Albufeira, etc... vivem centenas empilhados em armazéns, privados da mulher e filhos, totalmente marginalizados, sendo por vezes despedidos sem justa causa...).

E a mulher algarvia que aparece como objecto, não estará na mesma posição de servilismo?

E as zonas menos dotadas turisticamente não estarão votadas ao abandono, tendo os seus habitantes de emigrar para conseguir o estritamente necessário?

E a Igreja no Algarve estará comprometida com os oprimidos ou com os opressores? Com os pobres ou com os ricos?

O Papa diz-nos que a Igreja deve estar ao lado dos promotores da Paz, na luta por:

- Uma paz que não é repressão (dezenas de cristãos estão neste momento na prisão, padres em julgamento ou expulsos);
- Uma Paz que não é cobardia (não será que a nossa Igreja vive comprometida com o poder estabelecido, recusando-se a denunciar uma série de injustiças?).

Um grupo de cristãos algarvios

SITUAÇÃO DE PRESOS POLITICOS E SOLIDARIEDADE PARA COM ELES

A situação em que se encontram os presos políticos que foram alvo das últimas notas da D.G.S. (x) tem vindo a originar manifestações de solidariedade e protesto oriundas dos mais diversos grupos, entidades e locais. Umam divulgam o carácter exemplar da sua luta, outras exigem a sua libertação, outras ainda, reclamam que se ponha termo à tortura a que alguns têm sido sujeitos.

Damos seguidamente a lista das manifestações de que temos conhecimento, não referindo, evidentemente, os contactos pessoais ou de grupo feitos junto das autoridades civis e eclesiásticas.

(x) Das 29 pessoas acusadas na segunda nota da DGS, 17 são arguidas por pertencerem ou colaborarem com a LUAR, 11 (às quais se deve acrescentar o padre Ismael que foi preso em 21 de Janeiro) são arguidas num segundo processo. Este grupo, designado na referida nota como "Grupo de cristãos" estaria ligado com as Brigadas Revolucionárias e seria responsável pela publicação de 'propaganda clandestina' como o "Boletim Anti Colonial". 14 dos acusados nestes dois processos foram libertados depois de pagarem cauções de 10 a 90 contos.

Enfim José Augusto Neto e Dulcinio Pina não são acusados dos processos mas estiveram presos durante dois meses, tendo sofrido o último dois periodos de tortura de sono (11+8 dias) e violentos espancamentos.

